

Anexo I

Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses e Compromisso de Execução Contratual (Fase de Convite)

(Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do RJCPRAA)

Nome: _____

Número de Documento de Identificação: _____

Morada: _____

Na qualidade de representante legal de:

Nome da Firma ou Agrupamento: _____

N.º de Identificação Fiscal (NIF): _____

Sede ou Endereço do Estabelecimento Principal: _____

Tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de:

Procedimento em causa: _____

Declaro, sob compromisso de honra, que:

1. A minha representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, aceitando, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. A execução do referido contrato será feita nos termos previstos nos seguintes documentos, que se encontram anexados à presente declaração:
(Indicar documentação)

o a) _____

o b) _____

3. A minha representada renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declaro, sob compromisso de honra, que:

a) **Não se encontra em estado de insolvência**, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) **Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime** que afete a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional];

c) **Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave** em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];

- d) **Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social** em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- e) **Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos** devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- f) **Não tenha sido objeto de sanção acessória** prevista no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, ou no Código dos Contratos Públicos;
- g) **Não foi objeto de sanção acessória** prevista no Código do Trabalho;
- h) **Não foi objeto de sanção administrativa ou judicial** pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra não declarada ou que não tenha cumprido com as obrigações fiscais e de segurança social;
- i) **Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por crimes relacionados** com organizações criminosas, corrupção, fraude, branqueamento de capitais, infrações terroristas, tráfico de seres humanos ou crimes ambientais;
- j) **Não prestou assessoria ou apoio técnico indevido** na preparação ou elaboração das peças do procedimento, com o intuito de obter vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- k) **Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental**, com base em infrações contra o ambiente ou crimes ambientais, caso não tenha ocorrido reabilitação;
- l) **Não incorreu em deficiências significativas na execução de contratos públicos anteriores**, que tenha conduzido à resolução contratual, à condenação por responsabilidade civil ou a outras sanções previstas;
- m) **Não influenciou indevidamente a decisão de contratar**, ou obteve informações confidenciais para vantagem no procedimento de contratação.
5. Tenho pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações pode resultar, conforme o caso, na **exclusão da proposta apresentada**, ou na **caducidade da adjudicação** que sobre ela recaia, e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, podendo ainda implicar sanção acessória de privação do direito de participar em futuros procedimentos de contratos públicos.
6. Caso a entidade adjudicante o solicite, obrigo-me a apresentar os documentos comprovativos das situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. Estou ciente de que, se não apresentar os documentos solicitados, por motivo imputável a mim, ocorrerá a **caducidade da adjudicação** que sobre a proposta recaia, constituindo contraordenação muito grave, conforme o artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, e poderá acarretar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar em outros procedimentos de contratação pública.

Local / Data: _____

Assinatura: _____